

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
CURSO DE NUTRIÇÃO



ESTRATÉGIAS DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR e NUTRICIONAL NO
AMBIENTE ESCOLAR

Andressa Moura dos Santos
Profª Orientadora: Maína Ribeiro Pereira Castro

Brasília, 2018

INTRODUÇÃO

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) constitui uma estratégia preconizada pelas políticas públicas em alimentação e nutrição, sendo considerada um importante instrumento para promoção de hábitos alimentares saudáveis. O interesse pelo tema no Brasil surgiu na década de 1940 e, até 1970, esteve relacionada à introdução de alimentos novos para população por interesses econômicos, às publicações voltadas para divulgação de materiais informativos, e à adoção de medidas que privilegiavam a suplementação alimentar e atividades de combate a carências nutricionais específicas. Na década de 1970, por seu turno, houve referência à renda como principal obstáculo à alimentação adequada e nesse período a educação nutricional foi menos destacada nos programas de saúde pública por aproximadamente duas décadas (RAMOS; SANTOS, 2013).

Bem como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), constituído desde 1955 é considerado o mais antigo programa dentro da área da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e alimentação escolar, que por meio das ações da Educação Alimentar Nutricional (EAN) enfatiza a formação de hábitos saudáveis dos alunos durante o período escolar, atendendo cerca de 42 milhões de escolares no ano de 2014 (BRASIL, 2015).

Pensando na alimentação dos alunos da educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação jovens e adultos) devidamente matriculados em escolas filantrópicas e públicas no Brasil, como assunto de segurança alimentar, o programa atende mais de 20% da população brasileira, e funciona por meio de transferência de recursos do Governo às Entidades executoras (estados, DF, municípios) para aquisição de gêneros alimentícios (EMATER-DF, 2015). Sendo essa, uma consequência positiva e estratégica de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), ao promover o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) por meio da alimentação escolar.

Sendo assim, o ambiente escolar pode ser entendido por um local complexo e social que atinge de maneira significativa todos os indivíduos pertencentes, inclusive os escolares, que por meio de ações e práticas visam o conhecimento, aprendizagem, formação de atitudes (ASSIS et al, 2010). Nesse sentido, a escola é vista como um espaço adequado para se desenvolver ações de educação alimentar e nutricional, promovendo uma qualidade de vida e melhor rendimento escolar (RAMOS; SANTOS; REIS, 2013). A promoção da saúde deve ser inserida desde a infância permanecendo até a fase adulta de maneira gradativa para que a formação de hábitos alimentares saudáveis seja adquirida por comportamentos autônomos e conscientes por suas escolhas desde pequenos (BERTINI et al, 2010). Partindo desse cenário, conseguimos afirmar que a alimentação escolar, o local onde se produz o alimento, e o ambiente que se faz a refeição é de suma importância social para o desenvolvimento da criança, e socioeconômica para o País. O aluno bem

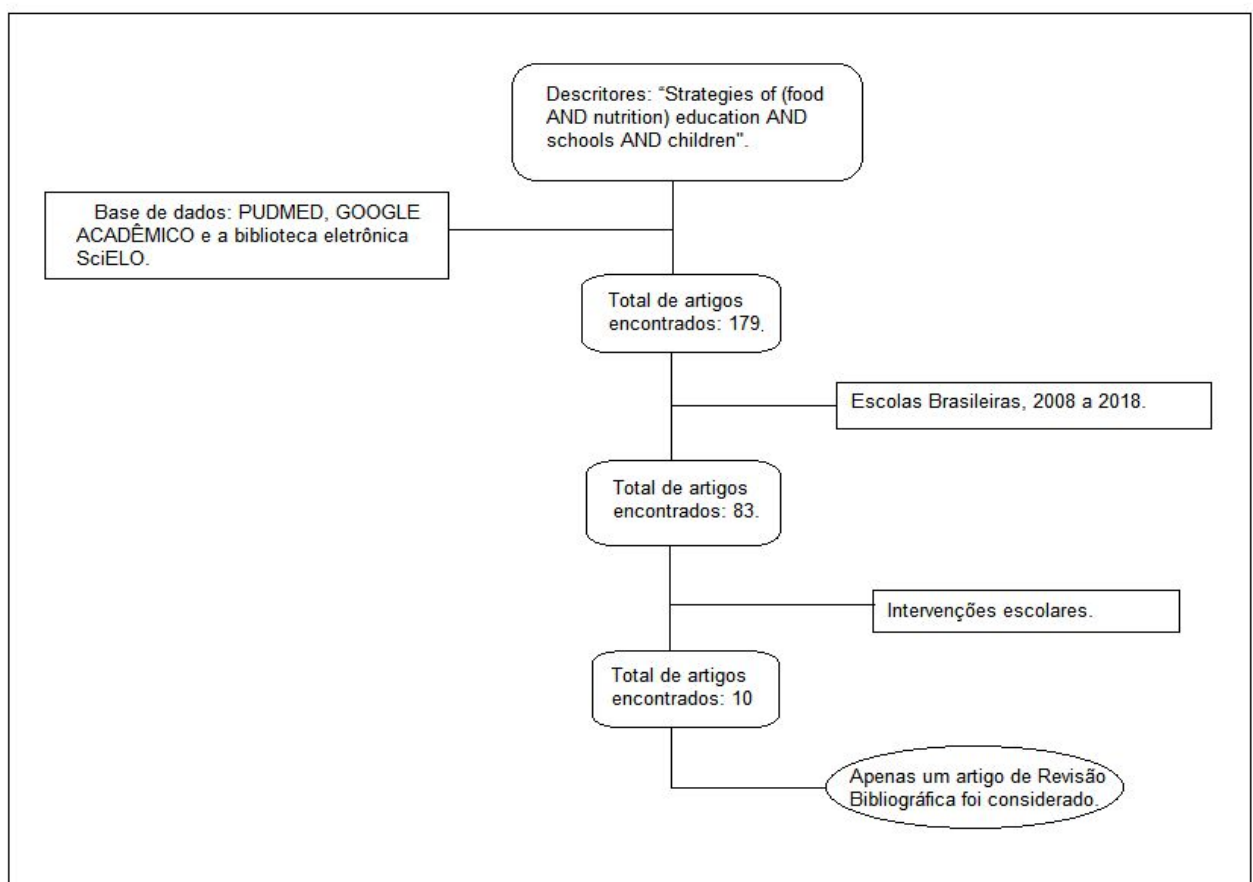
alimentado, que tem suas necessidades nutricionais atendidas, consequentemente não há facilidade para adquirir doenças crônicas não transmissíveis (DCNT's), refletindo em um melhor desempenho em suas atividades escolares (BRASIL, 2014). Outro viés de uma alimentação saudável e adequada para um aluno é o interesse que ele pode adquirir em frequentar o ambiente escolar auxiliando seu próprio desenvolvimento como cidadão.

Diante do exposto, há muito por fazer nesta direção, na busca de soluções das questões problematizadoras e da formação profissional do nutricionista como educador. Assim, o estudo pretende analisar os recursos educativos utilizados a partir das intervenções de Educação Alimentar Nutricional (EAN) aplicada em ambientes escolares que foram identificados na literatura, além de observar a relação de troca de informações e ações de intervenção entre crianças e profissionais da saúde - nutricionistas.

METODOLOGIA

O seguimento deste projeto define-se por revisão bibliográfica pois irá enumerar as atitudes e pontos de vista a respeito de Educação Alimentar e Nutricional no âmbito escolar, além de identificar falhas, reconhecer interesses e outros comportamentos como contribuir para a reflexão da necessidade de resolução dos problemas. O devido trabalho utilizou como fonte as bases de dados PUDMED, GOOGLE ACADÊMICO e a biblioteca eletrônica SciELO a fim de identificar artigos científicos publicados no período de 2008 a 2018. A busca nas fontes referidas foi realizada tendo como termo indexador “Strategies of (food AND nutrition) education AND schools AND children”, As publicações foram pré-selecionadas pelos títulos, os quais deverão constar como primeiro critério o termo completo e/ou referências a projetos, programas e/ou intervenções em escolares, hábitos alimentares ou alimentação saudável. Foram incluídas publicações em inglês e português que atenderam aos critérios de se tratar de uma pesquisa, um estudo de intervenção; de apresentar como metodologia a descrição, aplicação e/ou avaliação de uma intervenção em EAN em escolares desenvolvida no Brasil. Em seguida foram excluídos artigos repetidos em diferentes bases de dados. No primeiro momento foram encontrados 179 artigos, sendo 83 dentre os anos de 2008 a 2018, dos quais 32 foram selecionados pelo título e tipo de intervenção, e ao final restaram 11 artigos resultantes das pesquisas de base e da pesquisa complementar para compor esta revisão, dos quais 10 são artigos de intervenção, e uma única revisão bibliográfica foi considerada pois enquadra-se nos critérios de inclusão. A análise do material empírico selecionado tomou como referência a categorização dos estudos de acordo com o tipo do estudo e objetivos, local de realização da pesquisa, ano de publicação, as revistas nas quais foram veiculados, metodologias utilizadas e principais resultados encontrados.

Figura 1. Pesquisa Geral dos Artigos.



REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

“A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é o campo do conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para assegurar o Direito à Alimentação Adequada e Saudável (BRASIL, 2018)”.

O Guia Alimentar para a população brasileira nos diz que devemos nos alimentar em locais limpos, tranquilos e confortáveis pois ajudam na concentração do ato de comer e convidam a que se coma devagar. Nesta medida, permitem que os alimentos e as preparações culinárias sejam apreciados adequadamente e contribuem para que não comamos em excesso (BRASIL, 2014). E no ambiente escolar as crianças têm o privilégio de se alimentarem nessas condições.

Comer em companhia quando se está fora de casa, no trabalho ou na escola ajuda colegas e amigos a se conhecerem melhor e trocarem experiências. Facilita o entrosamento de grupos, aumenta o senso de pertencimento e contribui para o bom desempenho de tarefas do trabalho ou da escola (BRASIL, 2014).

A educação alimentar e nutricional pode ser realizada por meio de ações individuais ou coletivas. No entanto, os artigos de intervenção mostraram que atividades coletivas, junto ao conhecimento e a convivência com a alimentação adequada influenciam na escolha dos escolares. Tendo isso em vista, o trabalho em conjunto proporciona o estabelecimento de um objetivo em comum e troca de ideias entre os participantes, o que favorece a modificação dos seus hábitos alimentares e

a adesão ao processo educativo (MAFFACCIOLLI; LOPES, 2005; TORRES; HORTALE; SCHALL, 2003).

A comida sacia a fome de nutrientes necessários ao funcionamento pleno do corpo humano. Todavia, o prazer e a satisfação da pessoa em relação ao comer somente se completam e se tornam plenos mediante um ritual que envolve a ingestão do que os sentidos – direcionados por predisposições adquiridas, aprendidas ao longo da vida – apreciam, em companhia prazerosa, alegre e afetiva, em local agradável (BRASIL, 2018). Zancul e Valeta (2009); Botelho et. al (2010) adotaram práticas lúdicas para melhor interação e compreensão entre os escolares, onde exploraram filmes, fantoches, jogos da memória, dominós, dentre outros, proporcionando satisfação emocional e contribuindo para participação, integração com os colegas e troca de informações para a fixação da aprendizagem. Assim, a atividade grupal se adequa às necessidades do público e permite o movimento, desligando-se de dinamismos formais que dificultariam o aprendizado. Dessa forma as ações educativas desenvolvidas, foram grandes formadoras de conhecimentos a respeito da alimentação e nutrição, também motivação, reflexão e troca de saberes pelas crianças. Percebeu-se pelas falas das mesmas que conhecimentos básicos de nutrição, importantes para um desenvolvimento adequado dessa faixa etária, foram consolidados.

Demais a mais, valeu-se enfatizar, por Botelho et al. (2010) que as crianças quando estimuladas a recordarem das acadêmicas de nutrição, a maioria delas não apresentou dificuldades em descrever quem eram e quais atividades haviam desenvolvido na escola. Isso demonstrou o vínculo criado entre as crianças e as acadêmicas, confirmando que as ações educativas estimulam a relação interpessoal entre indivíduos e profissionais de saúde.

As fontes de pesquisas e conhecimentos adquiridos por meio do tema “Estratégias de EAN no âmbito escolar” trouxe à tona a ressignificação alimentar, as formas de aquisição e escolha de uma alimentação saudável tendo em vista que é necessário o conhecimento e o contato com aquilo que irá ser consumido. Mesmo Fernandes et. al (2009) com tempo curto de aplicação, obtiveram êxito em sua

dinâmica, validando que o fator principal para boas práticas alimentares, é a informação.

A alimentação, no contexto do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), deve incluir valores associados à preparação e ao consumo de alimentos. Alimentação adequada implica acesso a alimentos saudáveis que tenham como atributos: acessibilidade física e financeira, sabor, variedade, cor, bem como aceitabilidade cultural como, por exemplo, respeito a questões religiosas, étnicas e às peculiaridades dos diversos grupos e indivíduos (BRASIL, 2010). A garantia do DHAA, é direito de todo ser humano. No delineamento de Fernandes et. al (2009) , Vargas et. al (2011) e Silva e colaboradores (2013), foram avaliados os efeitos do programa de prevenção de obesidade sobre práticas alimentares dos adolescentes, tendo como discussão hábitos alimentares considerados pouco saudáveis entre os avaliados, o que é característico da faixa etária. O tipo de abordagem foi mais rígido, mostrando em maior parte os pontos negativos, como os malefícios e doenças que são acometidas pela má alimentação.

Vargas et. al (2011) tiveram como resposta, quanto às práticas alimentares, diferenças quanto à substituição de almoço por lanche uma vez por semana, pratica que era três vezes mais frequente entre os adolescentes, e quanto ao comportamento alimentar no intervalo escolar, uma maior proporção de jovens relatou consumir a merenda ofertada. Aumentou do mesmo modo a proporção de jovens que relatou “nunca ou quase nunca” consumir lanches vendidos por ambulantes e a frequência semanal de consumo de lanches diminuiu. A substituição semanal do almoço ou do jantar por lanche também decresceu, e a proporção de adolescentes que relataram “nunca ou quase nunca” realizar essa substituição cresceu de 44,5% para 65,2% no almoço e de 38,4% para 54,3% no jantar. Os hábitos de alimentação durante o intervalo de aulas também se modificaram, com redução significativa do consumo da merenda oferecida pela escola.

Sabe-se que o estado nutricional está diretamente relacionado à alimentação. Esta é, portanto, de fundamental importância, sobretudo quando realizada de forma saudável, completa, variada e agradável ao paladar, promovendo assim a saúde nos organismos jovens e em fase de desenvolvimento. Sugere-se

que os programas de educação alimentar e nutricional sejam aplicados e iniciados desde a infância, além disso, o fornecimento de informações sobre alimentação e nutrição ainda no período infantil pode contribuir para a aquisição de hábitos saudáveis permanentes (BIZZO; LEDER, 2005; BOOG, 1999; GAGLIANONE et al., 2006; KAIN et al., 2009; TRICHES; GIUGLIANI, 2005).

No PNAE, por exemplo, o progressivo fortalecimento de a Educação Alimentar Nutricional culminou na Lei Nº 11.947, de 2009 onde uma diretriz prevê “a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional”. Outras medidas também presentes nesta Lei contribuem diretamente para a EAN como a presença de alimentos da agricultura familiar local e os parâmetros que orientam a definição do que será oferecido aos escolares (BRASIL, 2009).

De todos os artigos mencionados apenas um traz a importância da agricultura voltada à alimentação, ao produtor, mantendo relação com os alunos, o ambiente e o trabalho. Dentre as práticas que a Segurança Alimentar Nutricional (SAN) abrange, estão: a ampliação das condições de acesso aos alimentos, especialmente da agricultura tradicional e familiar; a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos; o respeito às múltiplas características culturais do país na implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos; o estímulo a práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica, racial e cultural da população (BRASIL, 2008). Boog (2010) trouxe a gratificação ao alimento que irá consumir do seu plantio, resultado da abordagem direta com a agricultura, além da valorização do trabalho, história e identidade cultural, assim como os princípios de EAN constantes no Marco de Referência, que abordam: sustentabilidade social, ambiental e econômica; valorização da cultura alimentar local e respeito à diversidade de opiniões e perspectivas, levando em consideração a legitimidade dos saberes de diferentes naturezas; a comida e o alimento como

referências; valorização da culinária enquanto prática emancipatória; a promoção do autocuidado e da autoestima; e por fim a intersectorialidade (BRASIL, 2018).

Ao relatar o tema do presente estudo, é necessário entender como funcionam as diretrizes de EAN e outras legislações com segmentos similares propostos. Montego et. al (2018) propuseram a analisar alguns dados importantes que indicam as atuações dos nutricionistas no ambiente exposto. De acordo os dados de seu estudo, tiveram como resposta o êxito do papel nutricional juntamente com o pedagógico. Neste sentido, mesmo entendendo que a EAN deve envolver outros atores sociais da comunidade escolar no que diz respeito às possibilidades de sucesso e mudanças comportamentais, os autores abordaram a perspectiva da atuação do nutricionista, frente às exigências contidas na Lei nº 11.947/2009 e Resolução CD/FNDE nº 26/2013. No que se refere ao cenário nacional.

Para mais os resultados de Montego et. al (2018) indicou que a presença do nutricionista aumenta as chances de realização das ações de EAN nas escolas, pois o mesmo deve se fazer presente em todas as fases, desde o planejamento à execução das atividades de EAN. Porém as estratégias utilizadas são predominantemente pautadas em métodos tradicionais de ensino-aprendizagem, que nem sempre são eficientes na construção do conhecimento.

Ressaltou ainda a importância de Investimentos governamentais para a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas que viessem incentivar a promoção e a manutenção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar. E retratou a necessidade do financiamento adequado na execução do Programa e na formação continuada dos atores envolvidos com a coordenação e a execução das ações de EAN (MONTEGO et. Al, 2018).

Porém, mesmo levando em consideração estes aspectos, muitas intervenções relatadas na literatura ainda se mostraram pouco efetivas, os participantes das amostras tiveram conhecimento sobre os alimentos saudáveis, passaram a consumir, mas muitos não mudaram totalmente seus hábitos, como consumo de industrializados, preferência a comida rápidas no horário de almoço (*fast food*). Isso reforça a necessidade de se conduzir mais estudos que proponham entender como essas variáveis influenciam na construção do conhecimento dos

educandos. Este fato é confirmado por Shaya et al. (2009), que após extensa revisão de literatura sobre métodos de intervenção nutricional com crianças e adolescentes, constataram que mesmo com a variabilidade de metodologias empregadas no que diz respeito aos recursos adotados, duração das intervenções, forma de obtenção e avaliação dos dados, os resultados se mostraram pouco eficazes e persistentes, sendo o entendimento do efeito dessas variáveis sobre a eficácia das ações propostas ainda limitado.

Tabela 1. Descrição de cidades, idade dos escolares, amostras, equipe multidisciplinar, demais autores, participações e temas abordados nas intervenções de EAN analisadas.

| Autor / Ano | Tipo de Estudo | Tamanho da Amostra | Tipo de intervenção | Objetivo de E |
|--|---|--|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Gabriel et al • 2008; | <ul style="list-style-type: none"> • Estudo de intervenção não controlado. | <ul style="list-style-type: none"> • 162 escolares de 3ª e 4ª séries de duas instituições de ensino (pública e privada), em Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. | <ul style="list-style-type: none"> • O programa de educação nutricional de curta duração foi distribuído em sete encontros. Aplicou-se um questionário de consumo alimentar e aferiu-se peso e estatura antes e um mês após o término da intervenção. | <ul style="list-style-type: none"> • Avaliar os resultados do programa de educação nutricional e a promoção de hábitos alimentares saudáveis em escolares do Fundamental. |
| <ul style="list-style-type: none"> • Costa et al. • 2009; | <ul style="list-style-type: none"> • Estudo prospectivo longitudinal de intervenção. | <ul style="list-style-type: none"> • 34 crianças de ambos os gêneros, entre 7 e 10 anos de idade, de uma escola particular localizada na região urbana da cidade de Araçatuba/SP. | <ul style="list-style-type: none"> • Primeiro momento: avaliação antropométrica, consumo alimentar e questionário de conhecimento em nutrição. Momento final: mesmos parâmetros avaliados, após sete semanas do processo de educação nutricional. Entregou 34 questionários com questões relativas ao consumo alimentar aos responsáveis pelos alunos. | <ul style="list-style-type: none"> • Avaliar o conhecimento alimentar, o conhecimento nutricional e a adesão ao processo de educação nutricional após o conhecimento em crianças de |
| <ul style="list-style-type: none"> • Fernandes et al. • 2009; | <ul style="list-style-type: none"> • Intervenção | <ul style="list-style-type: none"> • 135 escolares da 2ª série do Ensino Fundamental de 2 instituições (uma pública e outra privada). | <ul style="list-style-type: none"> • Os escolares foram alocados em dois grupos de investigação: escolares com intervenção, que participaram da educação nutricional; e escolares sem intervenção, que não receberam educação nutricional. As medidas antropométricas (peso e estatura) foram coletadas após o treinamento da equipe de pesquisa, com base nos critérios recomendados pela OMS. | <ul style="list-style-type: none"> • Avaliar o efeito do programa de educação nutricional na prevenção do sobrepeso/obesidade e no consumo alimentar adequado em alunos da 2ª série fundamental. |
| <ul style="list-style-type: none"> • Zancul, M. Valeta, L. N • 2009; | <ul style="list-style-type: none"> • Estudo experimental de intervenção. | <ul style="list-style-type: none"> • 36 alunos da 6ª série, de ambos os sexos, com idades entre 11 e 14 anos de uma Escola Municipal de Ensino | <ul style="list-style-type: none"> • As intervenções em Educação Nutricional em sala de aula consistiram de discussões, apresentação de filmes, elaboração de cartazes, dramatização, leitura de textos, aplicação de jogos e dinâmicas, buscando a participação e o envolvimento | <ul style="list-style-type: none"> • Analisar os resultados do Programa de Educação Nutricional na promoção de hábitos alimentares de uma série de uma escola pública municipal e se a intervenção de provocar comportamentais |

| | | | | |
|--|--|---|--|---|
| | | Fundamental da cidade de Ribeirão Preto - SP | dos adolescentes. | hábitos alimentares e estilo de vida dos adolescentes. |
| <ul style="list-style-type: none"> Anzolin et al. 2010; | <ul style="list-style-type: none"> Estudo de intervenção, do tipo não randomizado e não controlado. | <ul style="list-style-type: none"> 93 escolares de 6 a 10 anos, de ambos os sexos, matriculadas de 1ª a 4ª série de uma escola privada. | <ul style="list-style-type: none"> Avaliou-se o estado nutricional por meio do Índice de Massa Corporal para sexo e idade, e da circunferência da cintura. Comparadas as frequências de consumo antes e após a intervenção por meio do teste “<i>t de Student pareado</i>”. | <ul style="list-style-type: none"> Verificar a eficácia das intervenções nutricionais na modificação do comportamento alimentar entre os adolescentes. |
| <ul style="list-style-type: none"> Boog 2010; | <ul style="list-style-type: none"> Intervenção | <ul style="list-style-type: none"> 155 alunos de pré-escola a 7ª série, em uma unidade de ensino de zona rural do Estado de São Paulo, Brasil. | <ul style="list-style-type: none"> Foi apresentado resultados do diagnóstico aos professores e famílias de alunos; produção de história contendo elementos do diagnóstico; confecção de maquete; degustação de fruta da produção regional; exposição da maquete para as famílias. | <ul style="list-style-type: none"> Apresentar resultados das tecnologias de educação em educação nutricional, criação em diagnóstico, âmbito de comunidade, tendo como pressuposto a relação homem e natureza mediada pelo trabalho. |
| <ul style="list-style-type: none"> Botelho et al. 2010; | <ul style="list-style-type: none"> Estudo experimental de intervenção. | <ul style="list-style-type: none"> 48 escolares de 6 a 10 anos, integrantes da Escola Integrada de uma Escola Municipal do Distrito Sanitário Leste de Belo Horizonte, MG. | <ul style="list-style-type: none"> Oficinas educativas ministradas por acadêmicas de Nutrição da UFMG. | <ul style="list-style-type: none"> avaliar os aspectos das percepções dos participantes sobre as discussões que promovam a promoção da saúde saudável. |
| <ul style="list-style-type: none"> Vargas et al. 2011; | <ul style="list-style-type: none"> Intervenção. | <ul style="list-style-type: none"> 331 estudantes de 11 a 17 anos do 5º e 6º anos de duas escolas públicas estaduais de Niterói, RJ. | <ul style="list-style-type: none"> Questionário sobre consumo de fast food, refrigerantes, frutas, verduras e legumes e tipo de alimentação consumida nos intervalos das aulas e substituição de refeições por lanches. | <ul style="list-style-type: none"> Avaliar os efeitos do programa de prevenção da obesidade sobre os hábitos alimentares de alunos de escolas públicas. |
| <ul style="list-style-type: none"> Silva e colaboradores, 2013; | <ul style="list-style-type: none"> Intervenção. | <ul style="list-style-type: none"> Alunos do segundo ano do ensino fundamental de duas escolas | <ul style="list-style-type: none"> Foi utilizado material constituído por pôsteres e narrativas que abordam a origem e identificação dos alimentos em seus grupos e como ocorre a digestão. Foi | <ul style="list-style-type: none"> Avaliar o impacto do Programa de Educação Alimentar e Nutricional inserida no Projeto Integrado (EI), com alunos |

| | | | | |
|---|---|--|--|--|
| | | públicas municipais de Niterói – RJ, com idades entre de 6 e 10 anos. | composto por quatro jogos didáticos utilizados para a avaliação dos alunos e durante a intervenção. Utilizou-se dois pôsteres: um com a pirâmide alimentar o outro com ilustrações de alimentos e sua origem, denominado. | Tradicional (ET) |
| <ul style="list-style-type: none"> • Ilha et al. • 2014; | <ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa-ação colaborativa. | <ul style="list-style-type: none"> • 13 professores, 175 escolares do 6º ao 9º ano do ensino fundamental de uma escola pública de Santa Maria-RS. | <ul style="list-style-type: none"> • Primeiro momento: caracterizar o contexto que as intervenções colaborativas seriam desenvolvidas; segundo momento: intervenção colaborativa (transformar as práticas vigentes dos professores por meio da formação crítica e reflexiva sobre as práticas pedagógicas). Terceiro momento: verificar mudanças provocadas pelas intervenções colaborativas, no que se refere a contribuições para o saber e à prática docente de cada um. | <ul style="list-style-type: none"> • Analisar o intervenções no ambiente escolar |
| <ul style="list-style-type: none"> • Monego et. al • 2018.; | <ul style="list-style-type: none"> • Revisão bibliográfica. | <ul style="list-style-type: none"> • Escolas Municipais do GO que recebem recurso PNAE | <ul style="list-style-type: none"> • Analisou-se: presença do nutricionista RT; presença do PNAE; atuação do nutricionista como RT da alimentação escolar; carga horária semanal de trabalho; e frequência de atuação na alimentação escolar. | <ul style="list-style-type: none"> • Identificar as ações no PNAE e sua o perfil do nutricionista |

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, a realidade do espaço escolar relacionado a hábitos e prática alimentares saudáveis, é um campo tradicionalmente marcado pela carência de procedimentos problematizadores. Visto que não há tanto esclarecimento de detalhes dos artigos em relação aos recursos e as estratégias educativas dos programas, se torna pouco precisa a análise de intervenções já implementadas. Do mesmo modo, é sabido que, atualmente, o comportamento alimentar ocupa papel central na prevenção e no tratamento de doenças, sendo essencial para o crescimento e desenvolvimento das crianças.

A escolha do espaço escolar para o presente trabalho se justifica por ser a escola um local com finalidades educativas e formadoras, pelo qual passam todas as crianças e jovens do país e no qual permanecem um período de seu dia e grande parte de sua vida (BRASIL, 2002). Nas escolas, os estudantes, na sua maioria, consomem alimentos, refletindo e compartilhando hábitos, preferências, modismos e comportamentos alimentares.

Parece natural entender que, em um ambiente constituído predominantemente por educadores, a nutrição assuma um caráter adjutório, complementar, com comprometimento da interlocução das equipes dirigidas pelo nutricionista responsável técnico (um profissional de saúde), e os demais gestores municipais diretamente ligados à alimentação escolar (DOMENE, 2008).

Embora haja oferta de alimentação saudável pela rede pública de ensino, para seus alunos, esta nem sempre poderá vir a ser de preferência para eles. Um de seus motivos se encontra na falta de conhecimento das refeições, conseqüentemente, como destaque o grande consumo de produtos industrializados, conforme dados da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (ABIA, 2011). Espera-se que seja despertado interesse sobre seus direitos em relação ao recursos e alimentação que as escolas ofertam.

Conforme a dificuldade de aceitação da maioria dos alimentos, consequência da faixa etária, 05 a 10 anos de idade, a inadequação ao hábito alimentar e o sabor é um dos principais motivos pelas crianças para o não consumo

da alimentação ofertada nas escolas. A adequação do cardápio aos hábitos alimentares e a essencialidade do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) reduzir a evasão escolar são fatores que requerem maior investigação (MUNIZ; CARVALHO, 2007). Assim destacam os dados desta pesquisa.

Diante do exposto, o papel do nutricionista será o de educador que irá mediar tal processo de construção, para que ocorra a internalização do novo, de modo consciente e reformado. Portanto, acredita-se que tal proposta sugerida nesse trabalho possa contribuir para um avanço na prática de EAN nas escolas, e principalmente no Brasil.

REFERÊNCIAS

ACHTERBERG, G.; McDONNELL, E.; BAGBY, R. **How to put the food guide into practice**. Chicago, v. 94, n. 9, p. 1030-1035, 1994.

APOIO FOME ZERO – Associação de Apoio a Políticas de Segurança Alimentar. **Manual de Gestão Eficiente da Merenda Escolar**. São Paulo, 2ª edição, 2005. 79p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DA ALIMENTAÇÃO [ABIA]. **Consumo de alimentos em novo patamar**. São Paulo, 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DA ALIMENTAÇÃO (ABIA). **Saúde e indústria assinam acordo para reduzir sódio em alimentos - ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL**. [online]. Disponível na internet via WWW. URL: https://www.abia.org.br/vsn/tmp_2.aspx?id=45, acessado em 03 de maio de 2018.

BIZZO, M. L. G.; LEDER, L. **Educação nutricional nos parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental**. Campinas, v. 18, n. 5, p. 661-667, 2005.

BOOG, M. FONSECA, ALVES. **Agricultores consomem frutas verduras e legumes? Bases para ações educativas**. Campinas - SP, 2008. 85-97p

BOTELHO, L. P.; ZANIRATI, V. F.; PAULA, D. V.; LOPES, A. C. S.; SANTOS, L. C. **Promoção da alimentação saudável para escolares: aprendizados e percepções de um grupo operativo**. São Paulo, v 35, n. 2, p. 103-116, ago. 2010.

BRASIL. Ministério da saúde e Ministério da Educação e Cultura. Portaria Nº 1.012/2006. **Diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas no âmbito social**. Brasília 2006. 2p.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Dez Passos para a Promoção da Alimentação Saudável nas escolas**. [Brasília], [2006?]. 4p.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional Para as Políticas Públicas**. [BRASÍLIA], [2012].

BRAZILIAN JOURNAL OF FOOD TECHNOLOGY. **Adhesion and acceptability of elementary school menus in rural schools**. Rio Grande do Sul, 2016. 2p.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL (EMATER-DF). **Atuação e estratégia**. [online]. Disponível na internet via WWW. URL: <http://www.emater.df.gov.br/>, acessado em 07 de março de 2018.

ÉTICA E A REALIDADE ATUAL. **Breves considerações sobre análise dos riscos e dos benefícios nas pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil**. [online]. Disponível na internet via WWW. URL: http://era.org.br/wp-content/uploads/Artigo_Marcelle_Risco-Beneficios-Pesquisa_ver_sao-final.pdf, acessado em 03 de maio de 2018. Brasília 1p.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). Resolução nº 32 de 10 de Agosto de 2006. **Estabelece normas para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**, [Brasília], 2006. 32p.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**, [Brasília], 2013.

GAGLIANONE, C. P.; TADDEI, J. A. A. C.; COLUGNATI, F. A. B.; MAGALHÃES, C. G.; DAVANÇO, G. M.; MACEDO, L.; LOPEZ, F. A. **Nutrition education in public elementary schools of São Paulo, Brazil: the Reducing Risks of Illness and Death in Adulthood project**. Campinas, v. 19, n. 3, p. 309-320, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **POF 2008-2009: mais de 90% da população comem poucas frutas, legumes e verduras**. [online]. Disponível na internet via WWW. URL: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14059-asi-pof-2008-2009-mais-de-90-da-populacao-comem-poucas-frutas-legumes-e-verdura>, acessado em 06 de novembro de 2018.

KAIN, J.; CONCHA, F.; SALAZAR, G.; LEYTON, B.; RODRÍGUEZ, M. P.; CEBALLOS, X.; VIO, F. **Prevención de obesidad en preescolares y escolares de**

escuelas Municipales de una Comuna de Santiago de Chile. v. 59, n. 2, p. 139-146. Chile, 2009.

LAGO, J. M. P. **Comer na escola:** uma questão de habitus. No prelo.

DOMENE, S.M.A. A escola como ambiente de promoção da saúde e educação nutricional. **Psicol. USP**, v.19, n.4, São Paulo, dez. 2008.

MAFFACCIOLLI, R.; LOPES, M. J. M. **Educação em saúde: a orientação alimentar através de atividades de grupo.** Belo Horizonte, 2005. 4p.

MELLO, E, LUFT V, MEYER, F. **Obesidade infantil: como podemos ser eficazes?.** Rio de Janeiro, 2004. 173-180p.

PESSA, R.P. **Seleção de uma alimentação adequada.** São Paulo, 2008. p.21-51.

PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E WEB 2.0: percepção de estudantes de pós-graduação em Ciência da Informação. **Procedimentos metodológicos.** João Pessoa, 2012. 4p.

SHAYA FT, FLORES D, GBARAYOR CM, WANG J. **Schoolbased obesity interventions: a literature review.** American, 2008. v.78, n.4.

THE NCD ALLIANCE. **Relatório da Sociedade Civil sobre a situação das Doenças Crônicas Não Transmissíveis no Brasil: evolução dos indicadores de prevalência dos principais fatores de risco e de proteção.** [online]. Disponível na internet via WWW. URL: http://www.actbr.org.br/uploads/arquivo/1052_Relatorio_dcnt_2_240915.pdf, acessado em 03 de março de 2018. Brasília 2015. 24p.

TRICHES, R. M.; GIUGLIANI, E. R. J. **Obesidade, práticas alimentares e conhecimentos de nutrição em escolares.** Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 541-547, 2005.

V.M. MUNIZ. O Programa Nacional de Alimentação Escolar em município do estado da Paraíba: um estudo sob o olhar dos beneficiários do Programa. **Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal da Paraíba.** vol.20, no.3 Campinas Maio/Junho 2007.

VOOS, C.A. Trabalho de Conclusão de Curso **“Atuação do nutricionista no programa nacional de alimentação escolar (PNAE).”** Porto Alegre, 2009. 39p.

V.M. MUNIZ. O Programa Nacional de Alimentação Escolar em município do estado da Paraíba: um estudo sob o olhar dos beneficiários do Programa. **Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal da Paraíba.** vol.20, no.3 Campinas Maio/Junho 2007.